



Serra da Mangabeira S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025
e relatório do auditor independente**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Serra da Mangabeira S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Serra da Mangabeira S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Serra da Mangabeira S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Serra da Mangabeira S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 3 de março de 2026

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Leandro Sidney Camilo da Costa'.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SC000160/F-5

DocuSigned by

Leandro Camilo

Signed By: LEANDRO SIDNEY CAMILO DA COSTA 17482052824

CNPJ: 17482052824

Signting Time: 03 de março de 2026 | 17:58 BRT

D: KP-Brasil, OU: Presencial

C: BR

Issuer: AC CertSign RFB GS

ST5A10000204020

Leandro Sidney Camilo da Costa
Contador CRC 1SP236051/O-7

Serra da Mangabeira S.A.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - MBRL)

Ativo	Nota explicativa	31.12.2025	31.12.2024	Passivo	Nota explicativa	31.12.2025	31.12.2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	44.338	23.852	Fornecedores	12	17.503	7.812
Contas a receber	8	5.282	57	Financiamentos	15	17.417	21.331
Partes relacionadas	14	—	3.918	Partes relacionadas	14	1.576	6.915
Outros ativos	11	199	8	Tributos a recolher	16	723	1.047
Total do ativo circulante		49.819	27.835	Imposto de renda e contribuição social	13	3.336	2
Não circulante				Total do passivo circulante		40.555	37.107
Aplicação financeira restrita	9	4.901	5.240	Não circulante			
Outros ativos	11	108	—	Financiamentos	15	168.511	173.440
Imobilizado	10	412.116	419.657	Imposto de renda e contribuição social	13	—	630
Total do ativo não circulante		417.125	424.897	Provisão para remoção de imobilizado	23	3.714	3.372
				Outros passivos	17	5.761	5.761
				Total do passivo		218.541	220.310
				Patrimônio líquido	18		
				Capital social	18.1	249.164	249.164
				Prejuízos acumulados		(761)	(16.742)
				Total do patrimônio líquido		248.403	232.422
Total do ativo		466.944	452.732	Total do Passivo e Patrimônio líquido		466.944	452.732

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serra da Mangabeira S.A.

Demonstração do Resultado em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - MBRL)

	Nota explicativa	31.12.2025	31.12.2024
Receita Operacional Líquida		59.272	35.275
Custos			
Custo do fornecimento de energia elétrica	20	(20.561)	(21.779)
Custo dos serviços prestados	20	(2.603)	(1.130)
		<u>(23.164)</u>	<u>(22.909)</u>
Lucro bruto		<u>36.108</u>	<u>12.366</u>
(Despesas) Receitas operacionais			
Gerais e administrativas	20	(5.431)	(6.672)
Outras (despesas) receitas		—	(182)
		<u>(5.431)</u>	<u>(6.854)</u>
Lucro antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro		<u>30.677</u>	<u>5.512</u>
Receitas financeiras	21	3.539	1.479
Despesas financeiras	21	(12.624)	(8.273)
Resultado financeiro líquido		<u>(9.085)</u>	<u>(6.794)</u>
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		<u>21.592</u>	<u>(1.282)</u>
Imposto de renda e contribuição social		(5.611)	(1.477)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		<u>15.981</u>	<u>(2.759)</u>
Atribuível a			
Acionistas da controladora		15.923	(2.749)
Participação de não controladores		58	(10)
		<u>15.981</u>	<u>(2.759)</u>
Lucro (Prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações (R\$)	24	<u>0,0641</u>	<u>(0,0123)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serra da Mangabeira S.A.

Demonstração do Resultado Abrangente em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - MBRL)

	Nota explicativa	31.12.2025	31.12.2024
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		15.981	(2.759)
Outros componentes do resultado abrangente, líquido de impostos:		—	—
Total do resultado abrangente do exercício		15.981	(2.759)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serra da Mangabeira S.A.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - MBRL)

Nota explicativa	Capital Social	Reservas de lucros		Lucros (Prejuízos) acumulados	Total de Patrimônio Líquido	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total do patrimônio líquido e AFAC
		Reserva Legal	Reserva de lucros				
	186.136	—	—	(13.982)	172.154	41.644	213.798
Aumento de capital	72.028	—	—	—	72.028	(41.644)	30.384
Redução de capital	(9.000)	—	—	—	(9.000)	—	(9.000)
Prejuízo líquido do exercício	—	—	—	(2.759)	(2.759)	—	(2.759)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	249.164	—	—	(16.742)	232.422	—	232.422
Lucro líquido do exercício	—	—	—	15.981	15.981	—	15.981
Constituição de reserva de retenção de lucros	—	—	—	—	—	—	—
Saldo em 31 de dezembro de 2025	249.164	—	—	(761)	248.403	—	248.403

Serra da Mangabeira S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - MBRL)

	Nota explicativa	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		21.592	(1.282)
Ajustes para reconciliar o lucro antes dos tributos:			
Rendimento sobre aplicação financeira restrita	9	(614)	(500)
Depreciação e amortização	10 e	14.466	11.227
Encargos Financeiros de Empréstimos e Financiamentos	15	10.998	6.691
Atualização monetária da provisão para remoção de imobilizado		342	2.059
Custos de empréstimos a apropriar	14	264	(432)
Total ajustes para reconciliar o lucro antes dos tributos:		25.456	19.045
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	8	(5.225)	413
Contas a receber de partes relacionadas	7	3.918	1.583
Tributos a recuperar		—	61
Movimentações de outros ativos		(300)	54
Fornecedores	14	9.692	195
Contas a pagar para partes relacionadas	8	(5.339)	552
Tributos a recolher	10	(324)	494
Movimentações de outros passivos		—	5.759
Total das variações nos ativos e passivos:		2.421	9.111
Caixa gerado nas operações		49.469	26.874
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.907)	(890)
Encargos pagos sobre financiamentos	21	(11.979)	(11.219)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		34.584	14.765
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aplicação/Resgate financeira a longo prazo	9	953	(74)
Aquisição de bens do imobilizado e intangível	10 e	(6.925)	(24.435)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento		(5.972)	(24.509)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital social		—	21.384
Pagamentos realizados para financiamentos (Valor do principal)	15	(8.126)	(2.174)
Captação de empréstimos e financiamentos	15	—	14.377
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento		(8.126)	33.587
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		20.486	23.843
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	23.852	9
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6	44.338	23.852
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		20.486	23.843

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serra da Mangabeira S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais

A Serra da Mangabeira S.A. ("Companhia" ou "Serra da Mangabeira"), constituída em 25 de novembro de 2019, é uma sociedade anônima de capital fechado de prazo indeterminado com sede e foro na cidade de Florianópolis, estado de Santa Catarina, Rodovia José Carlos Daux, 5.500, Km 5, Sala 307, 3º andar, Pavimento Jurerê A, Saco Grande, onde são realizadas apenas atividades administrativas. A Companhia possui uma filial, destinada a ser o núcleo operacional, situada no município de Uibaí, Estado da Bahia, na Fazenda Nova Olinda, s/n, Zona Rural. A Companhia tem por objeto social a geração de energia elétrica, bem como o comércio atacadista da energia e a realização de serviços de apoio administrativo e é controlada pela Statkraft Energias Renováveis S.A. (Controladora).

Em 30 de junho de 2025 a Companhia fechou a transação de auto produção de energia por equiparação com a contraparte Tigre Materiais e Soluções para Construção Ltda a qual passou a ser acionista minoritária da Companhia.

A Companhia foi constituída, juntamente com outras nove companhias, para viabilizar o projeto oriundo do leilão de Energia Nova do tipo A-6 de 18 de outubro de 2019, onde a Controladora sagrou-se vencedora com os projetos eólicos Ventos de Santa Eugênia e Serra de Mangabeira. Ventos de Santa Eugênia assegurou a comercialização de 75,3 MW médios e Serra da Mangabeira teve 12,1 MW médios vendidos, com prazo contratual de 20 anos e início de suprimento em 1º de janeiro de 2025, conforme as diretrizes do Ministério de Minas e Energia (MME).

Além disso, três projetos eólicos pertencentes ao Complexo de Ventos de Santa Eugênia somando 96,9MW de capacidade instalada, negociaram a totalidade de sua energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL) e obtiveram suas outorgas publicadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Nesse sentido, o Complexo Eólico Ventos de Santa Eugênia e Serra da Mangabeira é composto por 14 usinas, totalizando 518,7 MW de capacidade instalada.

A Serra da Mangabeira possui um parque eólico formado por quatorze aerogeradores com capacidade instalada de 51,3 MW. A construção foi iniciada em janeiro de 2021, sendo os recursos financeiros necessários à implementação do parque eólico supridos pela Controladora, mediante aportes de capital e recursos de terceiros captados via contratos de empréstimos com o BNB – Banco do Nordeste, conforme nota explicativa nº 12. Nesse período, o capital circulante da Companhia poderá apresentar variações e valor negativo, o que não representa, no entendimento da Companhia, risco de continuidade operacional. O parque teve a entrada em operação comercial de seu último aerogerador em setembro de 2024.

Na participação do Leilão de Energia Nova do tipo A-6, a Companhia firmou contrato de venda de energia com contrapartes do segmento de distribuição, compreendendo um total de 5,8 MW médios comercializados no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) e com período de suprimento abrangendo o período de 2025 a 2044. Durante sua fase pré-operacional, a Companhia reconheceu energia gerada na fase de testes dos aerogeradores a qual foi liquidada pelo Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

1.1 Aprovação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 3 de março de 2026.

Serra da Mangabeira S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Essas demonstrações evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações, as quais estão correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Continuidade operacional

Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza que possa gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando, tendo portanto, preparado suas demonstrações financeiras baseada no princípio da continuidade.

2.3 Moedas funcionais e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda principal do ambiente econômico de operação da Companhia, sendo o real sua moeda funcional e de apresentação. Dessa forma, as informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.5 Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber decorrentes da venda de energia elétrica conforme mecanismos estabelecido pela CCEE. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa ("PECLD"), se aplicável.

2.6 Instrumentos Financeiros

A administração classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado e ao valor justo por meio do resultado abrangente. Já os passivos financeiros são classificados como: mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende dos termos contratuais dos fluxos de caixa e do modelo de negócios da empresa no que tange a gestão desses instrumentos.

2.6.1 Custo amortizado

Os ativos e passivos financeiros cujo principal objetivo da Companhia é colher os fluxos de caixa contratuais, os quais representam somente o pagamento ou recebimento de principal e juros, ambos com base no método da taxa efetiva de juros. O reconhecimento da atualização monetária, juros e variação cambial, são aplicados sobre o valor dos ativos e passivos financeiros deduzidos de perdas ao valor recuperável (impairment), se aplicável, e são reconhecidos no resultado como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

Serra da Mangabeira S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.6.2 Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos que não atendem aos critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos mantidos para negociação, ativos que possuem fluxo de caixa que não sejam exclusivamente pagamento de principal e juros, independente do modelo de negócios, assim como aqueles em que a Companhia exerce a opção ou é obrigada a reconhecer inicialmente ao valor justo por meio do resultado são assim mantidos pela Companhia. Eventuais ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no exercício em que ocorrem.

2.6.3 Reconhecimento e mensuração

Os instrumentos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.7 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados entre si e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos sempre que há uma intenção da companhia em liquidá-los numa base líquida, ou realizar ainda o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.8 Impairment de ativos financeiros**2.8.1 Ativos mensurados ao custo amortizado**

A Companhia avalia no final de cada exercício do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado do modelo de perdas de crédito esperadas baseado no aumento significativo do risco de crédito considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

O montante da perda por impairment é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato.

Como um expediente prático, a companhia pode mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda diminuir e a redução puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.9 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo em separado, conforme apropriado, somente quando provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item, e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

Serra da Mangabeira S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A depreciação é calculada pelo método linear, considerando as taxas que representam a vida útil técnica estimada para cada bem do imobilizado limitada ao período de autorização da usina.

2.10 Intangível

Está representado pelos custos correspondentes à sua aquisição. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados pelo método linear, limitados ao prazo de autorização. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não sofrem amortização, mas são testados para avaliação de perda por redução ao valor recuperável (impairment).

2.11 Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

A Companhia avalia anualmente, os bens dos ativos imobilizado e intangível com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa ou de intangíveis, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (impairment) é reconhecida no resultado do exercício.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o seu valor em uso e o seu valor justo de venda, líquido dos custos necessários para a realização da venda. O valor em uso corresponde aos fluxos de caixa descontados, antes dos impostos, gerados pela utilização do ativo durante a sua vida útil.

Em 31 de dezembro de 2025, não há indicação de desvalorização que possa requerer a contabilização de provisão para ajuste de ativo ao seu valor de recuperação.

2.12 Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

2.13 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante, são as devidas num prazo maior que 12 meses.

2.14 Financiamentos

Os financiamentos tomados são reconhecidos contabilmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo, líquido dos pagamentos realizados, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (pro rata temporis). Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de financiamentos e debêntures que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.15 Provisões, ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos, porém os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. As provisões são reconhecidas quando existir uma obrigação presente como resultado de um evento passado e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável.

As provisões para desmobilização de ativos, recuperação ambiental e ações judiciais (trabalhista, civil ou tributária), são reconhecidas quando:

Serra da Mangabeira S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) A companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos;
- (ii) É provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- (iii) O valor puder ser estimado com segurança sem incluir as perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira a partir do início da operação.

2.16 Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. As despesas de imposto de renda e contribuição social do final do exercício compreendem os impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável aplicando-se alíquotas vigentes no final do exercício que está sendo reportado. O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por contribuinte, quando existe direito à compensação dos valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.17 Lucro presumido

Conforme facultado pela legislação fiscal vigente, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas (32% quando a receita for proveniente de prestação de serviços) e 100% das demais receitas, inclusive as financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

2.18 Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

2.19 Capital Social

A Companhia possui ações ordinárias, que são classificadas integralmente no patrimônio líquido.

2.20 Resultado por ação

A Companhia calcula o resultado por ação utilizando a média ponderada de ações ordinárias totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação. O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. A Companhia não possui instrumentos com efeitos dilutivos, e, portanto, não há diferença entre o resultado básico por ação e o resultado diluído por ação.

2.21 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no exercício em que a distribuição é aprovada em assembleia de acionistas, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no estatuto social da Companhia.

Serra da Mangabeira S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.22 Autorização não onerosa

A Companhia obteve da ANEEL a autorização para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica, não sendo requerido qualquer pagamento pelo Uso do Bem Público - UBP. A Companhia analisou a autorização e o contrato de venda de energia firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e concluiu que os mesmos estão fora do alcance da interpretação técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão.

2.23 Reconhecimento da receita

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela. A receita é reconhecida de acordo com a observância das seguintes etapas: (i) identificação dos direitos e compromissos do contrato com o cliente; (ii) identificação das obrigações de desempenho contratadas; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço às obrigações de desempenho; e (v) reconhecimento quando (ou na medida em que) as obrigações de desempenho são satisfeitas. Uma receita só é reconhecida quando não há incerteza significativa quanto à sua realização. O reconhecimento é realizado conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia. Consequentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber quando a energia for efetivamente entregue.

2.24 Transações de compra e venda de energia elétrica no mercado de curto prazo

Os registros das transações de compra e venda de energia no mercado de curto prazo são reconhecidos pelo regime de competência, com base nos dados divulgados pela CCEE, que são apurados pelo produto das sobras ou déficits de energia contabilizadas em determinado mês, pelo PLD correspondente, ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Companhia.

2.25 Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

- Alterações ao IAS 21/ CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis: em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - "Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis", adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2025.

A adoção da referida norma não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

- IFRS 18 (substituirá o CPC 26 (R1)) - Apresentação e divulgação das Demonstrações Contábeis: o novo pronunciamento introduz novos conceitos de apresentação e divulgação das demonstrações financeiras. Como principais alterações podemos destacar: i) estrutura da demonstração do resultado; ii) divulgação das medidas de desempenho definidas pela administração em uma única nota explicativa das demonstrações financeiras; iii) Orientações aprimoradas dos princípios de agregação e abertura de informações que se aplicam as demonstrações financeiras e suas notas explicativas. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A norma entra em vigor em 1º de janeiro de 2027, sendo sua aplicação retrospectiva abrangendo, portanto, as informações comparativas.

A Companhia está no processo de avaliação do impacto do novo padrão com relação à estrutura da demonstração do resultado, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais em notas explicativas, incluindo análise das agregações e aberturas das informações financeiras exigidas para administração.

A Companhia avalia as alterações que tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras. Não há outras normas ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

Serra da Mangabeira S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Reforma tributária sobre o consumo e efeitos do Pilar 2

A Reforma Tributária promulgada conforme Emenda Constitucional nº 32 promove um modelo que prevê alterações na apuração e reconhecimento contábil dos impostos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Será implementado um período de transição de 2026 a 2032 onde o antigo e o novo sistemas tributários coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando se der a finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma Tributária sobre o reconhecimento contábil dos referidos impostos acima nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Adicionalmente são escopo de análise, os efeitos da reforma tributária internacional sobre as regras do modelo Pilar Dois e seus impactos sobre a tributação mínima efetiva sobre os lucros gerados. Por intermédio da Lei 15.079, de 27 de dezembro de 2024, foi instituído um adicional da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para empresas que fazem parte de grupos multinacionais, como parte da adaptação da legislação brasileira às Regras Globais Contra a Erosão da Base Tributária (Regras GloBE), com o objetivo de garantir que haja tributação mínima efetiva de 15% sobre os lucros gerados por essas empresas, alinhando-se às regras do modelo do Pilar Dois da OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e garantindo-se que os tributos seja recolhidos na jurisdição onde os lucros foram gerados.

A Companhia avaliou os referidos impactos a fim de verificar se possui uma taxa efetiva Globe de imposto superior a 15% e aplicou a exceção ao reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos relacionados com tributos sobre o lucro do Pilar Dois, conforme previsto nas alterações ao CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, emitidas em maio de 2024, e, por isso, não há qualquer impacto da legislação do Pilar Dois no cálculo dos tributos sobre o lucro diferidos no exercício de 2025.

◦

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência da Administração e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Quando aplicável, com base em premissas, a Companhia faz estimativas contábeis das demonstrações financeiras anuais. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Não há estimativas e premissas que possuem grau elevado de julgamento e complexidade, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para serem divulgadas.

3.1 Custos de desmobilização dos parques eólicos

As principais atividades a serem concluídas no processo de desmontagem são a remoção de: (i) pás; (ii) eixo; (iii) motor; (iv) seções de torre de aço; e (v) painéis elétricos e outros. Devido à falta de custos históricos de desmobilização no mercado, bem como da própria empresa, foi necessário considerar os custos dos serviços de instalação para avaliar o custo do desmantelamento de usinas eólicas. Para o custo de montagem de um parque eólico foi considerado o custo de mobilização de guindaste e mão de obra, além do custo diário para executar o serviço. O valor de reconhecimento foi baseado no custo de desmobilização apurado por aerogerador, descontado pela taxa do custo médio de capital atribuída a Companhia e submetido ao percentual de conclusão do andamento físico das obras para o referido exercício.

A provisão de desmobilização está vinculada com o contrato de arrendamento de terras vigente para Companhia, o qual está condicionado a pagamento variável vinculado a receita e, portanto, não possui ativo e passivo de arrendamento constituído, conforme previsto no CPC 06.

3.2 Vida útil do ativo imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo em separado, conforme apropriado, somente quando provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item, e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando as taxas que representam a vida útil técnica estimada para cada bem do imobilizado limitada ao período de autorização da usina.

Serra da Mangabeira S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3.3 Teste de redução do valor de recuperação dos ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar o valor recuperável dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado. A Companhia realiza a cada emissão de demonstrações financeiras, ou sempre que houver indicativos, uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Quando o valor contábil de um ativo excede o seu montante recuperável, a Companhia reconhece uma redução no saldo contábil desses ativos, quando aplicável.

O processo de revisão do valor recuperável de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises. Os saldos de imobilizado e intangível de longa duração estão nas rubricas “Imobilizado”, “Intangível”.

A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

3.4 Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

Estas estimativas são mensuradas com base em avaliação e qualificação dos riscos com probabilidade de perda provável. Estas avaliações são suportadas pelo julgamento de assessores jurídicos e da administração, considerando as jurisprudências e o histórico de eventuais acordos e decisões, bem como outros aspectos aplicáveis.

4 Política de gestão de riscos financeiros**4.1 Fatores de risco financeiro**

As atividades da Companhia expõem a mesma à diversos riscos financeiros. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos ao seu desempenho financeiro.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo Statkraft, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, bem como pelas políticas de tesouraria. A Tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

O quadro a seguir sumaria a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Companhia administra sua exposição.

Risco	Exposição	Metodologia utilizada	Mensuração
Risco de mercado - taxa de juros	Ativos e passivos financeiros em moeda	Análise de sensibilidade	Swaps de taxa de juros
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, investimentos em instrumentos de dívida e ativos de contratos	Análise de vencimento e Avaliação de crédito	Diversificação das instituições financeiras Monitoramento dos limites de crédito/ ratings Orientação de investimento em
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Provisões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis

4.1.1 Risco de mercado

Serra da Mangabeira S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

4.1.1.1 Risco com taxa de juros

O risco com taxa de juros é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas ao financiamento contratado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de renegociação ou pagamento/recebimento antecipado das operações, ou mesmo contratar operações no mercado financeiro para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

4.1.1.2 Análise de sensibilidade

A seguir, quadro ilustrativo da análise de sensibilidade (fator de risco para mudança na taxa de juros) dos instrumentos financeiros, que descreve os efeitos sobre as variações monetárias, bem como sobre as despesas financeiras apuradas sobre o cenário projetado para 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, caso tais variações nos componentes dos riscos identificados ocorressem. Simplificações financeiras foram efetuadas no isolamento da variabilidade do fator de risco em análise. Como consequência, as estimativas apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser apurados nas próximas demonstrações financeiras. O uso de diferentes hipóteses e/ou metodologias pode gerar um efeito material sobre as estimativas apresentadas a seguir.

	31.12.2025	31.12.2024	(50)%	(25)%	Cenário provável	25 %	50 %
Fator de risco CDI							
Aplicações financeiras restritas	4.901	5.240	365	548	730	913	1.095
Impacto líquido CDI	4.901	5.240	365	548	730	913	1.095
Taxas consideradas (%) a.a.	14,90%	12,15%	7,45 %	11,18 %	14,90 %	18,63 %	22,35 %
Fator de risco IPCA							
Financiamentos	185.928	194.771	3.997	5.996	7.995	9.994	11.992
Impacto líquido IPCA	185.928	194.771	3.997	5.996	7.995	9.994	11.992
Taxas consideradas(%) a.a.	4,30%	4,83%	2,15 %	3,23 %	4,30 %	5,38 %	6,45 %

(i) Metodologia utilizada

A partir dos saldos dos valores expostos, conforme demonstrado na tabela anterior e assumindo que eles se mantenham constantes, apurou-se o diferencial de juros para cada um dos cenários projetados. Na avaliação dos valores expostos ao risco de taxa de juros, consideramos apenas os riscos para as informações financeiras, ou seja, foram isolados e excluídos os fatores de juros prefixados por não apresentarem riscos às demonstrações financeiras do exercício por conta de variações nos cenários econômicos. O cenário provável está baseado nas expectativas da Companhia, que por sua vez estão em linha com as projeções demonstradas no relatório Focus, na data de 31 de dezembro de 2025, para cada uma das variáveis indicadas. Adicionalmente, as variações positivas e negativas de 25% e 50% foram aplicadas sobre as taxas projetadas para o exercício de 31 de dezembro de 2025.

4.1.1.4 Risco de vencimento antecipado do financiamento

Risco proveniente do descumprimento de cláusula contratual restritiva, presente no contrato de financiamento a qual, em geral, requer a manutenção das condições precedentes previstas em contrato. A Administração monitora regularmente estas condições precedentes, com o objetivo de tomar as ações necessárias para garantir que os contratos de financiamentos não tenham seu vencimento antecipado.

4.1.1.3 Risco com taxa de câmbio

O risco com taxa de câmbio é oriundo da exposição da Companhia em outras moedas estrangeiras em relação a possíveis perdas decorrentes caso haja desvalorização da moeda real (R\$) em relação a elas.

Serra da Mangabeira S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía ativos ou passivos denominados em moeda estrangeira, não existindo, assim, exposição a esse risco.

4.1.1.5 Risco de crédito

O risco de crédito é oriundo das partes terceiras à Companhia que podem deixar de cumprir suas obrigações para com ela, principalmente em relação ao contas a receber. A Companhia tem como medida mitigatória a análise de crédito de suas contrapartes e, em caso de inadimplência, acompanhamento com diversas áreas da Companhia com a finalidade de evitar qualquer perda financeira nas operações em questão.

A análise das contrapartes com as quais a Companhia mantém suas transações não apontam riscos significativos e a administração entende que o risco de crédito está mitigado para o referido exercício.

4.1.2 Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A administração da Companhia somente utiliza linhas de crédito que possibilitem sua alavancagem operacional. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

O saldo a receber de energia é reconhecido mensalmente, conforme seu fornecimento. A Companhia e o Grupo Statkraft entendem que a própria Companhia irá operacionalmente gerar caixa suficiente para liquidar suas obrigações de curto prazo. Ademais, se necessário, os seus acionistas poderão prover recursos financeiros necessários para manutenção das obrigações de curto prazo.

5 Instrumentos financeiros**5.1 Instrumentos financeiros por categoria**

	31.12.2025	31.12.2024
Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado		
Caixa e equivalente de caixa	44.338	23.852
Contas a receber	5.282	57
Aplicação financeira restrita	4.901	5.240
	54.521	29.149
Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado		
Fornecedores	17.503	7.812
Outros passivos	5.760	5.760
Partes relacionadas	1.576	6.915
Financiamentos	185.928	194.771
	210.767	215.258

6 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das empresas para oferecer retorno aos seus acionistas e outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal, adequada para reduzir esse custo.

A relação dívida líquida / patrimônio líquido pode ser assim demonstrada:

Serra da Mangabeira S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Total dos financiamentos	185.928	194.771
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(44.338)	(23.852)
(-) Aplicação financeira restrita	<u>(4.901)</u>	<u>(5.240)</u>
Dívida líquida (Excedente de caixa)	<u>136.689</u>	<u>165.679</u>
Patrimônio líquido	<u>248.403</u>	<u>232.422</u>
Índice de alavancagem financeira - %	0,55%	0,71%

7 Caixa e equivalente de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são representados por depósitos bancários em conta movimento ou aplicações financeiras de liquidação imediata.

	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Contas bancárias em moeda funcional	2.147	645
Aplicações financeiras com liquidez imediata	<u>42.191</u>	<u>23.207</u>
	<u>44.338</u>	<u>23.852</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósito Bancário – CDBs com rentabilidade média de 98,28% em 31 de dezembro de 2025 (98,44% em 31 de dezembro de 2024) referenciada em CDI, emitidos por instituições financeiras no Brasil. Estas aplicações financeiras podem ser resgatadas a qualquer momento sem quaisquer riscos de alterações significativas em seus valores.

8 Contas a receber

	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Fornecimento de energia elétrica	1.781	—
Saldo de mercado de curto prazo	<u>3.501</u>	<u>57</u>
	<u>5.282</u>	<u>57</u>
Apresentados como:		
Ativo circulante	<u>5.282</u>	<u>57</u>
Ativo não circulante	<u>—</u>	<u>—</u>

Saldo de mercado de curto prazo: representado pelos valores de geração excedente ao contrato de venda de energia, e que deve ser liquidado no âmbito da CCEE.

9 Aplicação financeira restrita

Por força do contrato de financiamento firmado com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) para o custeio das obras, a Companhia deve manter saldos em conta corrente remunerada, ou de aplicação financeira, que visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o banco. As aplicações financeiras restritas são constituídas de forma prévia sobre o valor desembolsado até o referido período e limitado a um valor fixo determinado e mantido por todo o prazo do financiamento. A rentabilidade está referenciada no CDI.

Serra da Mangabeira S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As movimentações das aplicações financeiras restritas podem ser assim demonstradas:

	31.12.2025	31.12.2024
Saldo Inicial do exercício	5.240	4.666
Aplicações	—	74
Resgates	(953)	—
Rendimentos líquidos de impostos	614	500
Saldo final do exercício	<u>4.901</u>	<u>5.240</u>

Serra da Mangabeira S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10 Imobilizado

	Taxa média de depreciação a.a.	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido		Depreciação acumulada	Valor líquido	
				31.12.2025	31.12.2024			
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3,87 %	43.017	(2.907)	40.110	42.564	(1.364)	41.200	
Máquinas e Equipamentos	3,62 %	23.847	(1.480)	22.367	23.847	(636)	23.211	
Turbinas	3,60 %	339.859	(19.676)	320.183	339.501	(8.448)	331.053	
Linhas de transmissão	3,26 %	24.756	(1.623)	23.133	24.756	(776)	23.980	
Outros ativos	10,05 %	24	(6)	18	2.608	(3)	2.605	
Imobilizado em curso	— %	6.305	—	6.305	(2.392)	—	(2.392)	
Total do imobilizado líquido		437.808	(25.692)	412.116	430.884	(11.227)	419.657	
		Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Linhas de transmissão	Turbinas	Outros ativos	Imobilizado em curso	Total
Saldo em 1.01.2024		—	—	—	—	—	402.023	402.023
Adições		—	—	—	—	—	24.435	24.435
Juros capitalizados no exercício		—	—	—	—	—	4.426	4.426
Transferências		42.564	23.847	24.756	339.501	24	(430.692)	—
Depreciação		(1.364)	(636)	(776)	(8.448)	(3)	—	(11.227)
Saldo em 31.12.2024		41.200	23.211	23.980	331.053	21	192	419.657
Adições		—	—	—	—	—	6.925	6.925
Transferências		454	—	—	358	—	(812)	—
Depreciação		(1.544)	(844)	(847)	(11.228)	(3)	—	(14.466)
Saldo em 31.12.2025		40.110	22.367	23.133	320.183	18	6.305	412.116

Serra da Mangabeira S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10.2 Custo de remoção de imobilizados

Os gastos de desmobilização foram mensurados com base em estimativas são compostos a partir de informações disponíveis para o custo de desmontagem dos equipamentos e obras civis, inflacionados e descontados à taxa média de custo de capital de cada empreendimento. A provisão de desmobilização dos parques eólicos é parte do custo de imobilizado em curso, sendo constituída de acordo com o andamento da obra ao imobilizado em andamento.

11 Outros ativos

O grupo de outros ativos representados pelo montante de R\$307 (R\$8 em 31 de dezembro de 2024) é composto integralmente pelas despesas antecipadas com seguros de natureza de performance bond e risco de engenharia conforme detalhado na nota explicativa nº 21.

12 Fornecedores

	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Fornecedores de materiais e serviços	17.503	7.812
	<u>17.503</u>	<u>7.812</u>

Apresentados como:

Passivo circulante	17.503	7.812
Passivo não circulante	—	—

Fornecedores de materiais e serviços: saldos a pagar referentes a aquisição de bens e serviços necessários para execução das atividades operacionais e administrativas da Companhia. Adicionalmente a Companhia mantém nessa rubrica saldos de fornecedores que suportaram a fase de construção da usina.

Mercado de curto prazo a pagar: representado pelos valores de geração deficitária ao contrato de venda de energia, e que deve ser liquidado no âmbito da CCEE.

13 Imposto de renda e contribuição social

Para fins de apuração a companhia optou pelo regime de lucro presumido para apuração do IRPJ e da CSLL incidentes sobre o resultado tributável. A apuração de IRPJ e CSLL pode ser assim apresentada:

	<u>Imposto de Renda</u>		<u>Contribuicao Social</u>	
	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Base de cálculo presumido	60.097	33.105	60.097	33.105
Presunção do lucro tributável - %	8 %	8 %	12 %	12 %
Base de lucro presumido para tributação	4.808	2.648	7.212	3.973
Receitas financeiras	11.716	1.459	11.716	1.459
Base de Cálculo	16.524	4.107	18.928	5.432
Alíquotas aplicáveis - %	25 %	25 %	9 %	9 %
Total	<u>(4.131)</u>	<u>(1.027)</u>	<u>(1.703)</u>	<u>(489)</u>
Outros efeitos em tributos	181	9	42	6
Dedução adicional IRPJ	—	24	—	—
IRPJ e CSLL no resultado	<u>(3.950)</u>	<u>(994)</u>	<u>(1.661)</u>	<u>(483)</u>

Serra da Mangabeira S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

14 Partes relacionadas

As operações são prestadas em condições específicas acordadas entre a Companhia, sua controladora e demais empresas do mesmo grupo econômico. As transações de compra e venda de energia são baseadas em termos e condições vigentes e disponíveis para terceiros. Os serviços prestados e tomados são transacionados com base em acordos contratuais entre as partes e seguem condições comerciais normais que, eventualmente, podem representar uma variação de preços e condições em relação ao mercado.

Os saldos patrimoniais são assim demonstrados:

		<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Ativo Circulante			
Clientes			
Statkraft Comercialização de Energia S.A	(ii)	—	3.918
		<u>—</u>	<u>3.918</u>
Passivo circulante			
Fornecedores			
Oslo III S.A.	(iii)	951	—
Statkraft Energi AS	(ii)	—	37
Statkraft AS	(ii)	—	738
Statkraft Energias Renováveis S.A	(iii)	625	6.039
Macaúbas Energética S.A.	(iii)	—	101
		<u>1.576</u>	<u>6.915</u>

A seguir, as transações ocorridas no resultado no exercício de 31 de dezembro de 2024 e 2023:

		<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Receita bruta			
Statkraft Comercialização de Energia S.A	(ii)	27.112	32.581
		<u>27.112</u>	<u>32.581</u>
Custo de serviço prestado			
Statkraft Energias Renováveis S.A.	(iii)	(1.935)	(1.659)
Statkraft AS	(iii)	—	(170)
Statkraft Energi AS	(iii)	(423)	(317)
Oslo III S.A	(iii)	(245)	—
		<u>(2.603)</u>	<u>(2.146)</u>
Despesas gerais e administrativas			
Statkraft Energias Renováveis S.A.	(i)	(398)	(196)
Oslo III	(i)	(5.486)	—
Statkraft AS	(i)	(1.324)	(3.706)
		<u>(7.208)</u>	<u>(3.902)</u>

- (i) Saldo composto por compartilhamento de custos administrativos.
(ii) Saldo composto por venda de energia.
(iii) Saldo composto por serviços tomados de operação e manutenção.

Serra da Mangabeira S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

14.1 Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia não efetuou pagamento a título de remuneração aos Administradores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025.

15 Financiamentos

A Companhia celebrou contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste (BNB) no montante de R\$ 183.733 e prazo de 24 anos. O financiamento prevê recebimento no sistema de desembolso conforme atingimento das condições precedentes previstas em contrato.

	31.12.2025	31.12.2024
Financiamento de obras - BNB	185.928	194.771
Total de financiamentos	185.928	194.771
Apresentados como:		
Passivo circulante	17.417	21.331
Passivo não circulante	168.511	173.440

A movimentação das debêntures podem ser assim demonstradas:

Saldo em 1 de janeiro de 2024	183.101
Custos e encargos a apropriar	(432)
Custos e encargos financeiros apropriados ao resultado	6.691
Juros capitalizados	4.426
Saldo em 31 de dezembro de 2024	194.771
Pagamento de principal	(8.126)
Pagamento juros	(11.979)
Encargos financeiros apropriados ao resultado	10.998
Custos apropriados ao resultado	264
Saldo em 31 de dezembro de 2025	185.928

Abaixo é apresentado o fluxo de vencimento das parcelas apresentadas no longo prazo:

	2027	2028	2029	2030	Após 2031	Total
Financiamento de obras - BNB	5.464	5.868	6.589	7.129	143.461	168.511
	5.464	5.868	6.589	7.129	143.461	168.511

Cláusulas Restritivas

De acordo com o contrato de financiamento firmado, a Companhia não possui covenants financeiros a serem cumpridos.

Serra da Mangabeira S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia cumpriu com todas as cláusulas de covenants não financeiras pré-estabelecidas contratualmente.

16 Tributos a recolher

	31.12.2025	31.12.2024
COFINS a recolher	349	245
ICMS a recolher	4	197
Tributos sobre importação	—	304
Tributos retidos a recolher	281	248
Pis a recolher	89	53
	<u>723</u>	<u>1.047</u>
Apresentados como:		
Passivo circulante	723	1.047
Passivo não circulante	—	—

17 Outros passivos

O saldo de outros passivos representado pelo montante de R\$ 5.761 (R\$ 5.761 em 31 de dezembro de 2024), é composto integralmente por saldos contratuais com fornecedores.

18 Patrimônio líquido**18.1 Capital social**

Em 31 de dezembro de 2025 o capital social está representado pelo montante de R\$249.164 (R\$249.164 em 31 de dezembro de 2024) e por 249.164.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, cada uma (249.164.000 ações em 31 de dezembro de 2024), detidas 99% pela sua controladora Statkraft Energias Renováveis S.A e 1% pelo não controlador Tigre Materiais e Soluções para Construção Ltda.

18.3 Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

18.4 Retenção de lucros

Constitui-se a reserva de lucro o saldo de lucros remanescente não distribuído no exercício em questão, cuja destinação fica a cargo da Assembleia de Acionistas.

Serra da Mangabeira S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19 Receita líquida

Receita operacional	31.12.2025	31.12.2024
Receita de fornecimento de energia elétrica	61.513	36.611
Total da receita operacional bruta	61.513	36.611
Deduções da receita operacional		
PIS	(399)	(238)
COFINS	(1.841)	(1.098)
Total das deduções sobre a receita	(2.240)	(1.336)
Receita operacional líquida	59.273	35.275

20 Custos e despesas**20.1 Custos**

	31.12.2025	31.12.2024
Compra de energia elétrica no mercado de curto prazo	(3.862)	(1.010)
Depreciação e amortização	(14.466)	(11.227)
Encargos setoriais	(5.544)	(5.437)
Serviços tomados de partes relacionadas	(2.603)	(2.146)
Serviços de terceiros	(4.701)	(2.628)
Ressarcimento por penalidade contratual *	8.927	—
Salários e encargos sociais	—	(4)
Seguros fianças e comissões	(893)	(440)
Outros custos	(22)	(17)
	(23.164)	(22.909)

- Valor invertido em virtude de recebimento de ressarcimento de penalidade por disponibilidade.

20.2 Despesas

	31.12.2025	31.12.2024
Serviços de terceiros	(1.395)	(852)
Serviços tomados de partes relacionadas	(1.722)	(3.902)
Encargos setoriais	(595)	(7)
Estudos em desenvolvimento	(198)	(180)
Impostos e taxas	(986)	(1.646)
Materiais	(109)	(28)
Outros	(1)	(40)
	(5.431)	(6.672)

Serra da Mangabeira S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

21 Resultado financeiro

	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	3.454	1.459
Variação cambial ativa	85	20
Total da receita financeira	<u>3.539</u>	<u>1.479</u>
	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Despesas financeiras		
Com financiamentos	(10.997)	(6.691)
Despesas financeiras sobre contratos de energia	(342)	—
IOF, multas e juros sobre tributos	(118)	(22)
Outras despesas financeiras	(1.145)	(1.234)
Variação cambial passiva	(22)	(326)
Total da despesa financeira	<u>(12.624)</u>	<u>(8.273)</u>
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	<u>(9.085)</u>	<u>(6.794)</u>

22 Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários

A Companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada. Os valores avaliados com risco possível de desembolso, não tem provisão contábil, sendo apenas mencionados em nota explicativa. A Companhia não identificou perdas com riscos prováveis para fins de provisão, nem possíveis para fins de divulgação no exercício de 2025.

22.1 Contingências possíveis

Os valores avaliados com risco possível de desembolso, não tem provisão contábil, sendo apenas mencionados nesta nota explicativa. No encerramento do exercício de 2025, a Companhia mantém processos tributários em andamento cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, é de possível perda, mas não provável, no valor aproximado de R\$ 1.171 (R\$ 1.074 em 2024) para as quais a Administração entende não ser necessária a constituição de provisão para eventuais perdas.

23 Provisão para remoção de imobilizado

Os parques eólicos não estão sujeitos a devolução ao poder concedente, entretanto, a remoção da planta de energia do local instalado é necessária com o objetivo de retornar a área às condições mais próximas possíveis ao status original ao final da autorização ou contrato de arrendamentos. Os gastos de desmobilização foram mensurados com base em estimativas para os custos de desmontagem dos equipamentos e obras civis, inflacionados e descontados à taxa média de custo de capital de cada empreendimento.

Assim, a Companhia aplicou a interpretação técnica ICPC 12 – Mudanças de Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares, registrando a provisão apurada a partir de sua melhor estimativa dos custos a incorrer na desmontagem desses equipamentos ao término da autorização, descontados a valor presente considerando uma taxa real de juros baseada no CDI descontado pela inflação medida conforme o IPCA.

Os custos de desmobilização foram capitalizados na Companhia na data da avaliação e estão reconhecidos no montante de R\$3.714 em 31 de dezembro de 2025 (R\$3.372 em 31 de dezembro de 2024).

Serra da Mangabeira S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

24 Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido (ou prejuízo) disponível aos acionistas pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o exercício. A Companhia não tem categorias de ações ordinárias com potenciais efeitos diluidores e por isso o resultado do lucro por ação básico e diluído são os mesmos.

	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Prejuízo (Lucro) do exercício	15.981	(2.759)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	<u>249.164</u>	<u>224.545</u>
Prejuízo (Lucro) por ação – básico e diluído	<u>0,0641</u>	<u>(0,0123)</u>

25 Outros riscos**25.1 Risco da não prorrogação da autorização ou concessão**

A Companhia possui autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica sem nenhum pagamento pelo uso do bem público. Caso a prorrogação da autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores ou a mesma ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser reduzidos. Não há garantia de que a autorização hoje outorgada a Companhia será, por ocasião de seu vencimento, prorrogada pelo poder concedente.

25.2 Risco operacional - Ventos

Risco decorrente de possível escassez ou excesso de ventos, como os ativos eólicos não são participantes do MRE, parte da energia gerada é negociada em contratos baseados na produção ou vendidos no Spot a PLD. A produção base destes contratos é baseada em estudos energéticos que levam em consideração a incidência média de ventos em um período, nesta metodologia é intrínseco o risco de comportamentos climáticos anômalos, que conseqüentemente causarão uma variação na produção de energia destes ativos. Da mesma forma, comportamento anômalos podem provocar (com baixíssima probabilidade), rajadas de ventos excessivas acima do dimensionamento dos ativos, o que pode causar danos aos equipamentos.

26 Transações não envolvendo caixa

Durante o exercício de 2025, a Companhia realizou as seguintes atividades de investimento não envolvendo caixa, não estando, portanto, refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

- a) Foi reconhecido o montante de R\$ 2.158 (R\$ 6.325 em 31 de dezembro de 2024) no ativo imobilizado referente a juros capitalizados sobre os financiamentos vinculados à construção da usina, com contrapartida na rubrica de financiamentos do passivo circulante.

27 Seguros (Não auditado)

A Statkraft Energias Renováveis S.A. contratou apólice de seguros de Risco Operacional e Responsabilidade Civil Geral com vigência de 1 de abril de 2025 a 31 de março de 2026.

28 Eventos Subsequentes

Em fevereiro de 2026 a Companhia realizou a redução de capital no montante de R\$ 15.000 mil, o qual passará dos atuais R\$ 249.164 mil, para R\$ 234.164, mediante o cancelamento de 15.000.000 (quinze milhões) de ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, todas de propriedade da acionista Statkraft Energias Renováveis S.A. Nesse contexto, o capital social da Companhia, atualmente dividido em 99.665.720 ações preferenciais nominativas, passará a ser dividido em 84.665.720 ações preferenciais nominativas.

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: FB269199-3262-43BC-A034-07682D7F40B6

Status: Concluído

Assunto: Complete com o Docusign: SERRAMANGABEIRA25.DEZ.pdf

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Envelope fonte:

Documentar páginas: 29

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 8

Rubrica: 0

Christian Urbainski

Assinatura guiada: Ativado

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

São Paulo, São Paulo 04538-132

christian.urbainski@pwc.com

Endereço IP: 134.238.159.50

Rastreamento de registros

Status: Original

03 de março de 2026 | 13:59

Portador: Christian Urbainski

christian.urbainski@pwc.com

Local: DocuSign

Status: Original

03 de março de 2026 | 17:58

Portador: CEDOC Brasil

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

Local: DocuSign

@pwc.com

Eventos do signatário

Leandro Camilo

leandro.camilo@pwc.com

Leandro Camilo - Sócio

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP-Brasil

Emissor: AC Certisign RFB G5

Assunto: CN=LEANDRO SIDNEY CAMILO DA COSTA:17482053824

Assinatura

DocuSigned by:

 E75A12898EB94CB...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 186.215.152.4

Política de certificado:

[1]Certificate Policy:

Policy Identifier=2.16.76.1.2.3.6

[1,1]Policy Qualifier Info:

Policy Qualifier Id=CPS

Qualifier:

http://icp-brasil.certisign.com.br/repositorio/dpc/AC_Certisign_RFB/DPC_AC_Certisign_RFB.pdf

Registro de hora e data

Enviado: 03 de março de 2026 | 14:00

Visualizado: 03 de março de 2026 | 17:57

Assinado: 03 de março de 2026 | 17:58

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 22 de novembro de 2021 | 11:09

ID: 87a4ae23-b018-493c-b849-9ffc9d6797b1

Nome da empresa: PwC

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Christian Urbainski christian.urbainski@pwc.com Manager Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	Copiado	Enviado: 03 de março de 2026 17:58 Visualizado: 03 de março de 2026 17:58 Assinado: 03 de março de 2026 17:58
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através da DocuSign		

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
-------------------------	------------	-------------------------

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
---------------------	------------	-------------------------

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	03 de março de 2026 14:00
Entrega certificada	Segurança verificada	03 de março de 2026 17:57
Assinatura concluída	Segurança verificada	03 de março de 2026 17:58
Concluído	Segurança verificada	03 de março de 2026 17:58

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
----------------------	--------	----------------------

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico
--

CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTROS ELETRÔNICOS E DIVULGAÇÕES DE ASSINATURA

Registro Eletrônicos e Divulgação de Assinatura

Periodicamente, a PwC poderá estar legalmente obrigada a fornecer a você determinados avisos ou divulgações por escrito. Estão descritos abaixo os termos e condições para fornecer-lhe tais avisos e divulgações eletronicamente através do sistema de assinatura eletrônica da DocuSign, Inc. (DocuSign). Por favor, leia cuidadosa e minuciosamente as informações abaixo, e se você puder acessar essas informações eletronicamente de forma satisfatória e concordar com estes termos e condições, por favor, confirme seu aceite clicando sobre o botão “Eu concordo” na parte inferior deste documento.

Obtenção de cópias impressas

A qualquer momento, você poderá solicitar de nós uma cópia impressa de qualquer registro fornecido ou disponibilizado eletronicamente por nós a você. Você poderá baixar e imprimir os documentos que lhe enviamos por meio do sistema DocuSign durante e imediatamente após a sessão de assinatura, e se você optar por criar uma conta de usuário DocuSign, você poderá acessá-los por um período de tempo limitado (geralmente 30 dias) após a data do primeiro envio a você. Após esse período, se desejar que enviemos cópias impressas de quaisquer desses documentos do nosso escritório para você, cobraremos de você uma taxa de R\$ 0.00 por página. Você pode solicitar a entrega de tais cópias impressas por nós seguindo o procedimento descrito abaixo.

Revogação de seu consentimento

Se você decidir receber de nós avisos e divulgações eletronicamente, você poderá, a qualquer momento, mudar de ideia e nos informar, posteriormente, que você deseja receber avisos e divulgações apenas em formato impresso. A forma pela qual você deve nos informar da sua decisão de receber futuros avisos e divulgações em formato impresso e revogar seu consentimento para receber avisos e divulgações está descrita abaixo.

Consequências da revogação de consentimento

Se você optar por receber os avisos e divulgações requeridos apenas em formato impresso, isto retardará a velocidade na qual conseguimos completar certos passos em transações que te envolvam e a entrega de serviços a você, pois precisaremos, primeiro, enviar os avisos e divulgações requeridos em formato impresso, e então esperar até recebermos de volta a confirmação de que você recebeu tais avisos e divulgações impressos. Para indicar a nós que você mudou de ideia, você deverá revogar o seu consentimento através do preenchimento do formulário “Revogação de Consentimento” da DocuSign na página de assinatura de um envelope DocuSign, ao invés de assiná-lo. Isto indicará que você revogou seu consentimento para receber avisos e divulgações eletronicamente e você não poderá mais usar o sistema DocuSign para receber de nós, eletronicamente, as notificações e consentimentos necessários ou para assinar eletronicamente documentos enviados por nós.

Todos os avisos e divulgações serão enviados a você eletronicamente

A menos que você nos informe o contrário, de acordo com os procedimentos aqui descritos, forneceremos eletronicamente a você, através da sua conta de usuário da DocuSign, todos os avisos, divulgações, autorizações, confirmações e outros documentos necessários que devam ser fornecidos ou disponibilizados a você durante o nosso relacionamento. Para mitigar o risco de você inadvertidamente deixar de receber qualquer aviso ou divulgação, nós preferimos fornecer todos os avisos e divulgações pelo mesmo método e para o mesmo endereço que você nos forneceu. Assim, você poderá receber todas as divulgações e avisos eletronicamente ou em formato impresso, através do correio. Se você não concorda com este processo, informe-nos conforme descrito abaixo. Por favor, veja também o parágrafo imediatamente acima, que descreve as consequências da sua escolha de não receber de nós os avisos e divulgações eletronicamente.

Como contatar a PwC:

Você pode nos contatar para informar sobre suas mudanças de como podemos contatá-lo eletronicamente, solicitar cópias impressas de determinadas informações e revogar seu consentimento prévio para receber avisos e divulgações em formato eletrônico, conforme abaixo:

To contact us by email send messages to: fiche.alessandra@pwc.com

Para nos contatar por e-mail, envie mensagens para: fiche.alessandra@pwc.com

Para informar seu novo endereço de e-mail a PwC:

Para nos informar sobre uma mudança em seu endereço de e-mail, para o qual nós devemos enviar eletronicamente avisos e divulgações, você deverá nos enviar uma mensagem por e-mail para o endereço fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail anterior, seu novo endereço de e-mail. Nós não solicitamos quaisquer outras informações para mudar seu endereço de e-mail. We do not require any other information from you to change your email address.

Adicionalmente, você deverá notificar a DocuSign, Inc para providenciar que o seu novo endereço de e-mail seja refletido em sua conta DocuSign, seguindo o processo para mudança de e-mail no sistema DocuSign.

Para solicitar cópias impressas a PwC:

Para solicitar a entrega de cópias impressas de avisos e divulgações previamente fornecidos por nós eletronicamente, você deverá enviar uma mensagem de e-mail para fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós cobraremos de você o valor referente às cópias neste momento, se for o caso.

Para revogar o seu consentimento perante a PwC:

Para nos informar que não deseja mais receber futuros avisos e divulgações em formato eletrônico, você poderá:

(i) recusar-se a assinar um documento da sua sessão DocuSign, e na página seguinte, assinalar o item indicando a sua intenção de revogar seu consentimento; ou

(ii) enviar uma mensagem de e-mail para fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem, seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós não precisamos de quaisquer outras informações de você para revogar seu consentimento. Como consequência da revogação de seu consentimento para documentos online, as transações levarão um tempo maior para serem processadas. We do not need any other information from you to withdraw consent. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process.

Hardware e software necessários:**

(i) Sistemas Operacionais: Windows® 2000, Windows® XP, Windows Vista®; Mac OS®

(ii) Navegadores: Versões finais do Internet Explorer® 6.0 ou superior (Windows apenas); Mozilla Firefox 2.0 ou superior (Windows e Mac); Safari™ 3.0 ou superior (Mac apenas)

(iii) Leitores de PDF: Acrobat® ou software similar pode ser exigido para visualizar e imprimir arquivos em PDF.

(iv) Resolução de Tela: Mínimo 800 x 600

(v) Ajustes de Segurança habilitados: Permitir cookies por sessão

** Estes requisitos mínimos estão sujeitos a alterações. No caso de alteração, será solicitado que você aceite novamente a divulgação. Versões experimentais (por ex.: beta) de sistemas operacionais e navegadores não são suportadas.

Confirmação de seu acesso e consentimento para recebimento de materiais eletronicamente:

Para confirmar que você pode acessar essa informação eletronicamente, a qual será similar a outros avisos e divulgações eletrônicos que enviaremos futuramente a você, por favor, verifique se foi possível ler esta divulgação eletrônica e que também foi possível imprimir ou salvar eletronicamente esta página para futura referência e acesso; ou que foi possível enviar a presente divulgação e consentimento, via e-mail, para um endereço através do qual seja possível que você o imprima ou salve para futura referência e acesso. Além disso, caso concorde em receber avisos e divulgações exclusivamente em formato eletrônico nos termos e condições descritos acima, por favor, informe-nos clicando sobre o botão “Eu concordo” abaixo.

Ao selecionar o campo “Eu concordo”, eu confirmo que:

(i) Eu posso acessar e ler este documento eletrônico, denominado CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTRO ELETRÔNICO E DIVULGAÇÃO DE ASSINATURA; e

(ii) Eu posso imprimir ou salvar ou enviar por e-mail esta divulgação para onde posso imprimi-la para futura referência e acesso; e (iii) Até ou a menos que eu notifique a PwC conforme descrito acima, eu consinto em receber exclusivamente em formato eletrônico, todos os avisos, divulgações, autorizações, aceites e outros documentos que devam ser fornecidos ou disponibilizados para mim por PwC durante o curso do meu relacionamento com você.

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, PwC (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format,

and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact PwC:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: fiche.alessandra@pwc.com

To advise PwC of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from PwC

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with PwC

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’ before clicking ‘CONTINUE’ within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’, you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify PwC as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by PwC during the course of your relationship with PwC.